ATA DA 11ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PJE CRIMINAL

Ata da 11ª Reunião do Grupo de Trabalho para a criação do fluxo do Processo Judicial Eletrônico na área criminal no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para a Primeira Instância, realizada em 04 de março de 2016, às 11 horas, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Brasília Omar Dantas Lima, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do 3º Juizado Especial Criminal de Brasília Paulo Afonso Correia Lima Siqueira, o Excelentíssimo Senhor Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT Doutor Thiago Lopes Calil; a Excelentíssima Senhora Advogada representante da OAB/DF Doutora Ludmilla Vieira Costa Campos, os Excelentíssimos Senhores Defensores Públicos Andrea Souza Tavares e Ricardo Lustosa Pierre, o representante da Polícia Militar do Distrito Federal Cap. QOPM Paulo da Cunha Passos, o Senhor Secretário do PJE Declieux Dias Dantas, a Senhora Coordenadora de Projetos e de Sistemas da Primeira Instância Katia Santana de Souza Prates, o Senhor Assessor da Primeira Vice-Presidência Luiz Antônio de Araújo e o Senhor Reinaldo Rocha Tavares, Assessor do Gabinete do Desembargador Mário Machado. Ausentes justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Fabrício Fontoura Bezerra, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal de Ceilândia Franco Vicente Piccoli, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 1º Juizado Especial Cível e Criminal do Gama José Ronaldo Rossato e o Senhor Secretário-Geral do TJDFT Celso de Oliveira e Sousa Neto. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos com a apreciação do **primeiro item da pauta: apreciação da ata da 10ª Reunião do Grupo de Trabalho do PJE Criminal.** Não houve impugnação e a ata foi aprovada. Em seguida, passou ao **segundo item da pauta: Visita ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ para conhecer o Sistema de Execução Penal.** Com a palavra, o Senhor Secretário do PJE Doutor Declieux Dias Dantas informou que esteve juntamente com os Excelentíssimos Senhores Magistrados Doutor Paulo Afonso Correia Lima Siqueira e Doutor Gilmar Tadeu Soriano, os Excelentíssimos Senhores Representantes do MPDFT Promotores de Justiça Dr. Rafael Modelli Sabaté e Dra. Natália Magalhães Wanderlei; o Excelentíssimo Senhor Representante da OAB/DF Conselheiro Alexandre Vieira de Queiroz, Presidente da Comissão de Ciências Criminais da OAB/DF e os Excelentíssimos Senhores Representantes da Defensoria Pública do DF, Dr. Carlos Henrique Moraes Lessa e Dr. Ricardo Lustosa Pierre, em visita ao CNJ para conhecer o Sistema de Execução Penal. Na oportunidade, passou a palavra ao MM Juiz Doutor Paulo Afonso que relatou suas impressões sobre a visita e a apresentação do Sistema de Execução Penal, que destacou que o sistema será muito bom para o DF e inclusive para outros estados, onde não há um controle da população carcerária. Ressaltou que o uso desse

sistema poderá diminuir o número de rebeliões e agilizar o processo de execução penal. Esclareceu que esse sistema foi originalmente criado no Paraná e participou de um concurso em que foi eleita a melhor ferramenta apresentada para criação do Sistema de Execução. Esclareceu ainda que o CNJ funcionará como um centro executivo dos processos de execução e todos os dados imutáveis e objetivos do processo vão ser inseridos pelo CNJ e será dado um grau de maleabilidade para que o juiz possa adequar o entendimento em alguns pontos em que é necessário. Segundo destacou, a tendência é que o processo eletrônico de execução será automático, sem a manifestação do MP, a não ser que haja necessidade disso. Destacou que se esses parâmetros fossem aplicados aqui no Tribunal seria um ganho de tempo e economia de recursos humanos, possibilitando inclusive, uma redistribuição do número de servidores da vara de execução para outras varas. Relatou que o Dr. Gilmar Tadeu Soriano, Juiz de Direito Titular da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas – VEPEMA, que esteve presente na visita sugeriu a implantação de um projeto piloto no Tribunal de Justiça mas no momento, não será possível. A Senhora Coordenadora da COSIST Kátia de Souza Prates destacou que segundo informado, cada estado apresentou o seu sistema e ao final votaram pela escolha do melhor e venceu o sistema do Paraná. O CNJ irá hospedar o sistema e cada Tribunal irá administrar o seu processo de execução. O MM Juiz Doutor Paulo Afonso ressaltou que do ponto de vista objetivo, não há como ter erros, é um sistema muito completo e bem pensado. Salientou ainda que só foi identificado uma falha, em relação à conversão das horas trabalhadas em dias para fins de induto. A Senhora Coordenadora da COSIST ressaltou que a apresentação foi muito focada no Juízo e que não foram mostrados os perfis da Defensoria Pública e da Polícia. O MM Juiz Doutor Paulo Afonso mencionou que a tendência é que nos estados que ainda não tem o PJE seja tudo digitalizado, mas quando o PJE criminal for implantado, todo procedimento será automático. A Senhora Coordenadora da COSIST ressaltou que será possível integrar por webservice, inclusive nos processos físicos, para que não seja necessário digitar os dados novamente. Os dados que já estão cadastrados serão encaminhados eletronicamente, sendo digitalizadas as peças do processo. O MM Juiz Doutor Paulo salientou que embora o enfoque maior tenha sido na atuação do magistrado, foram demonstrados todos os recursos para o MP e Defensoria Pública. O Doutor Thiago Calil ressaltou que a preocupação do MPDFT era em relação a que as informações viessem via MNI, mas se fosse implementado hoje, não impediria que o MPDFT utilizasse o sistema que já foi desenvolvido, que compõe um trabalho base: receber a intimação, visualização de movimentação, do processo e o envio da peça, a resposta. Em seguida, o Senhor Secretário do PJE teceu alguns comentários em relação a parte técnica do sistema, tendo destacado como principais características, que o CNJ hospedará o sistema, sendo um único banco de dados e cada tribunal terá a sua parte nesse banco. Destacou que isso irá melhorar o MNI pois todos que já estão agregados nesse sistema

poderão usar, teremos uma base única e vinte e sete usuários. Segundo relatou, o Doutor Bráulio Gusmão pontuou que em pouco tempo o sistema será liberado para outros tribunais. Nesse início, se cada tribunal fizer webservice, precisará de alguém para construir ou terá que cadastrar todos os dados e digitalizar, por isso, precisamos estudar muito bem essa questão. Relatou ainda que o sistema é muito completo e o tempo de resposta muito rápido. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola questionou se o sistema utilizará a identificação digital e dados do TSE. O MM Juiz Doutor Paulo Afonso destacou que sugeriu a realização de censo carcerário, com identificação biométrica dos presos, sem depender do TSE que tem se mostrado reticente em relação a ceder esses dados. O Desembargador Flávio Rostirola destacou a importância da identificação digital para a Secretaria de Segurança Pública para identificação de pessoas que tenham cometidos eventuais delitos e que existe interesse em administrar esse banco de dados, em virtude de ser extremamente avançado. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola ressaltou ainda que a liberação do cadastro do TSE para a Secretária de Segurança Pública representará um avanço tecnológico sem proporções. Em seguida, o Senhor Secretário do PJE relatou que na reunião com o Doutor Bráulio Gusmão, juízes e dois técnicos do CNJ, na última terça-feira, dia 1º de março de 2016, apresentou o trabalho que foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho e o Doutor Pedro, avançou para a parte de inquérito, prisão em flagrante e escuta telefônica. Deste modo, o Senhor Secretário do PJE sugeriu que o Grupo de Trabalho já avance também nesse sentido, a partir da próxima reunião. A sugestão foi acolhida pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola e por todos os presentes. Na oportunidade, o Doutor Paulo Afonso sugeriu que o trabalho comece com os juizados, criando abertura para o criminal, já que o número de juizados especiais criminais é menor do que o número de varas criminais e o procedimento é muito semelhante em alguns pontos. Em seguida, o Senhor Secretário do PJE informou que os representantes da Polícia Civil do DF estiveram presentes na reunião e ficaram preocupados quanto à questão do MNI do PJE da inicial. Para tentar agilizar essa questão do MNI, será realizada uma reunião na próxima semana com a equipe técnica de TI da PCDF para identificar quais são os dados necessários da inicial que precisam vir, via MNI. Após a identificação desses dados, será realizada uma reunião com a equipe técnica do CNJ para verificar como será a inicial do procedimento investigatório. Na ocasião, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Doutora Andrea Souza Tavares manifestou certa preocupação em relação a Defensoria e OAB não terem participado da construção desse sistema. Todavia, o Doutor Paulo Afonso esclareceu que nessa apresentação inicial, foi observada a participação de todos os órgãos responsáveis para a execução da pena bem como houve observância de todos os parâmetros legais. Destacou que esse projeto ainda deverá ser apresentado às classes envolvidas, em audiência pública, para ouvir as opiniões visando a melhoria do sistema. O Doutor Thiago Calil destacou ainda

que a Defensoria Pública deverá acompanhar o desenvolvimento dos perfis, para saber a que tipo de informações o defensor poderá ter acesso. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola agendou a 12ª Reunião do Grupo de Trabalho, para o dia 11/03/2016, às 11 horas. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 12 horas, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade, segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA
Presidente do Comitê Gestor do PJE

OMAR DANTAS LIMA
Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Brasília

PAULO AFONSO CORREA LIMA SIQUEIRA
Juiz de Direito Substituto do 3º Juizado Especial Criminal de Brasília

THIAGO LOPES CALIL
Representante do MPDFT

LUDMILLA VIEIRA COSTA CAMPOS
Representante da OAB/DF

ANDREA SOUZA TAVARES
Defensoria Pública do DF

RICARDO LUSTOSA PIERRE
Defensoria Pública do DF

Cap. QOPM PAULO DA CUNHA PASSOS
Polícia Militar do Distrito Federal

DECLIEUX DIAS DANTAS
Secretário do PJE

KATIA SANTANA DE SOUZA PRATES
Coordenadora da COSIST

LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO
Assessor da Primeira Vice-Presidência

REINALDO ROCHA TAVARES
Assessor do Gabinete do Desembargador Mário Machado Vieira Netto